Conselho Nacional de Justiça

Levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário

iGovTIC-JUD 2016

Este levantamento é decorrente da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD) estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da Resolução nº 211/2015 para o período de 2015/2020, e decorre, em especial, ao disposto no artigo 32, que determina ao CNJ a realização de diagnóstico anual para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento especificadas para os viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário.

> *Art. 32. O CNJ realizará anualmente diagnósticos para aferir o nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento constantes desta Resolução, especialmente no que se refere aos domínios Governança e Gestão de, e Infraestrutura de TIC, bem como em outras Resoluções, recomendações e políticas estabelecidas para os órgãos do Poder Judiciário.*
>
> *Parágrafo único. Os diagnósticos descritos no caput deste artigo serão realizados a partir de questionários e outros procedimentos de acompanhamento que permitam realizar o levantamento de informações relacionadas à evolução dos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação nos órgãos do Poder Judiciário.*
>
> *Art. 33. O CNJ divulgará em seu sítio eletrônico o resultado dos diagnósticos com objetivo de promover a transparência, a integração e o compartilhamento de informações entre os órgãos e as áreas de TIC do Poder Judiciário.*

A governança no setor público compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Enquanto a governança provê direcionamento e requer monitoramento, supervisão e avaliação contínua da atuação da gestão, com vistas ao atendimento das necessidades e expectativas das partes interessadas, a gestão é inerente e integrada aos processos organizacionais, sendo responsável pelo planejamento, execução, controle, ação; enfim, pelo manejo dos recursos e poderes colocados à disposição dos órgãos para a consecução de seus objetivos.

A governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), em suma, consiste no estabelecimento de um conjunto de mecanismos com o objetivo de assegurar que o uso da TIC agregue valor à atividade precípua do órgão, com riscos e custos aceitáveis.

Desse modo, a adoção das práticas de governança e de gestão de TIC no Judiciário pode assegurar a correta aplicação de recursos, promover a proteção de informações críticas e contribuir para que os órgãos atinjam seus objetivos institucionais.

A responsabilidade por responder este levantamento é do Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, representado pelo **Dirigente de Tecnologia da Informação e Comunicação** de cada órgão, com base em informações providas por suas unidades subordinadas. As evidências documentais que suportam as respostas dadas neste levantamento deverão ser oportunamente reunidas e mantidas à disposição das instâncias de auditoria interna e externa para evidenciação das práticas e verificação de consistência.

As respostas apresentadas pelo Dirigente de Tecnologia da Informação e Comunicação serão utilizadas para classificar o órgão quanto à sua maturidade de TIC (baixa, satisfatória, aprimorada e excelência), respeitados os enquadramentos de grupos e portes (grande, médio e pequeno) estabelecidos na Análise do Poder Judiciário - Justiça em Números de 2015. A valoração dos itens do questionário e os critérios de classificação são definidos pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (CNGTIC.PJ).

As informações produzidas para responder este levantamento podem ser aproveitadas no processo de planejamento institucional e interno da área de TIC, que é inserido nas prestações de contas encaminhadas às unidades de auditoria interna e externo ao órgão.

O levantamento é composto por 4 (quatro) tipos de itens:

1. Item do tipo “informação numérica aberta” onde podem ser registrados quaisquer números considerados adequados;
2. Item do tipo “texto aberto” para entrada de texto livre, sucinto, objetivo e claro;
3. Item do tipo “ resposta objetiva” sendo Sim para resposta afirmativa e Não para a negativa;
4. Item do tipo “única escolha” em que a alternativa escolhida deve ser marcada (**X**). Foram definidas 4 (quatro) categorias de resposta para esse tipo de item, as quais representam o nível de adoção da prática abordada: ***1) Não adota; 2) Iniciou plano para adotar; 3) Adota parcialmente; 4) Adota integralmente.*** As definições associadas a cada categoria de resposta são as seguintes:

Nível de adoção da prática	Definição
Não adota	A área de TIC **ainda não adota a prática**, bem como não iniciou planejamento para adotá-la.

	Exemplo: 1) a área de TIC sabe da necessidade de adotar a prática "*o Plano de Continuidade de Serviços de TIC, especialmente relativos aos ativos que suportam os serviços judiciais, dentre outros, está totalmente implementado*", mas não tomou ainda qualquer decisão no sentido de desenvolver essa prática.
Iniciou plano para adotar	A área de TIC **ainda não adota a prática**, **mas iniciou ou concluiu planejamento visando adotá-la**, o que se evidencia por meio de documentos formais (planos, atas de reunião, estudos preliminares, *etc*). Exemplo: 1) para adotar a prática "*o Plano de Continuidade de Serviços de TIC, especialmente relativos aos ativos que suportam os serviços judiciais, dentre outros, está totalmente implementado*", a área de TIC iniciou a elaboração ou concluiu o plano de ação formal que estabelece, no mínimo, as atividades, cronograma e responsáveis.
Adota parcialmente	A área de TIC **iniciou a adoção da prática, que ainda não está completamente implementada**, conforme planejamento realizado; ou a prática não é executada uniformemente em todas as unidades que compõem a área de TIC. Há, no mínimo, uma unidade que compõem a área de TIC que executa a prática e os artefatos produzidos são evidências dessa execução. Exemplo: 1) a prática apresentada "*o Plano de Continuidade de Serviços de TIC, especialmente relativos aos ativos que suportam os serviços judiciais, dentre outros, está totalmente implementado*". O plano foi formalmente instituído, as ações planejadas começaram a ser executadas, mas o gerenciamento da continuidade dos serviços essenciais de TIC para o órgão ainda não foi completamente implementado.
Adota integralmente	A área de TIC **adota integralmente a prática**, de modo uniforme em todas as unidades que a compõem, o que se evidencia em documentação específica ou por meio dos produtos ou artefatos resultantes de sua execução. Exemplo: 1) para adotar a prática "*o Plano de Continuidade de Serviços de TIC, especialmente relativos aos ativos que suportam os serviços judiciais, dentre outros, está totalmente implementado*", todas as ações planejadas para o completo gerenciamento da continuidade

	dos serviços essenciais de TIC para o órgão foram integralmente implementadas.

Conselho Nacional de Justiça

Dados do Dirigente de TIC

Antes de prestar as respostas do levantamento, favor informar os dados a seguir:

Dados do Órgão

Nome:

Sigla:

Dados da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação

Nome:

Nome do Dirigente:

Cargo:

Telefone:

E-mail:

Conselho Nacional de Justiça

Domínio: Governança e Gestão de TIC

1. Das Políticas e Planejamento

Em relação à liderança:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Comitê de Governança de TIC responsável pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas de TIC internas ao órgão, aprovação de planos, priorização de demandas, dentre outros, é formalmente instituído.				X
b. o Comitê de Governança de TIC é composto por representantes das principais áreas estratégicas do órgão, incluindo magistrado(s).				X
c. o Comitê de Gestão de TIC responsável pelos planos táticos e operacionais, análise de demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, dentre outros, é formalmente instituído.		X		
d. o Comitê de Gestão de TIC é composto pelo titular da área de Tecnologia da Informação e Comunicação e gestores das unidades ou servidores responsáveis pelos macroprocessos de governança e gestão, segurança da informação, software, serviços e infraestrutura tecnológica.		X		
e. o Comitê Gestor de Segurança da Informação, responsável por elaborar e aplicar política, gestão, processos e cultura pertinentes ao tema, dentre outros, é formalmente instituído.				X
f. as coordenações (todas) dos macroprocessos de governança e gestão, segurança da informação, software, serviços e infraestrutura tecnológica são exercidas por servidores do quadro permanente de TIC do órgão em regime de dedicação exclusiva.				X
g. as funções gerenciais (todas) relativas aos principais processos de TIC especificados na ENTIC-JUD são exercidas por servidores do quadro permanente de TIC do órgão em regime de dedicação exclusiva.				X

Em relação à definição das Estratégias, Políticas e Planejamentos:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Plano Estratégico Institucional (PEI) com as diretrizes estratégicas, indicadores e metas institucionais do órgão, fornece base apropriada para o estabelecimento do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC).				X
b. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) com as diretrizes estratégicas, indicadores e metas internas ao órgão e nacionais de TIC, dentre outros, é formalmente instituído.				X
c. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) contempla Metas e Iniciativas Estratégicas Nacionais, aprovadas nos Encontros Nacionais do Judiciário e direcionadas para a Tecnologia da Informação e Comunicação.				X
d. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) observa os Indicadores e Metas de Medição Periódicas Nacionais de TIC definidos pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário.				X
e. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) observa as diretrizes estabelecidas em Resoluções, recomendações e políticas inerentes à TIC instituídas para a concretização das estratégias nacionais do Poder Judiciário.				X
f. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) possui pelo menos 1 (um) indicador de resultado para cada Objetivo Estratégico, o qual permite aferir o nível ou o grau de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento em relação aos aspectos contidos nos Viabilizadores de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação definidos na ENTIC-JUD.				X
g. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) possui metas associadas aos indicadores de resultado.				X
h. o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) com as ações a serem desenvolvidas para que as estratégias de TIC internas ao órgão sejam alcançadas, é formalmente instituído.				X
i. a Política de Segurança da Informação (PSI) com as ações a serem desenvolvidas para que as				X

estratégias de TIC internas ao órgão e pertinentes ao tema sejam alcançadas, é formalmente instituída.				
j. a Política de Gestão de Pessoas que promove a análise situacional da área de TIC, a minimização da evasão e a valorização dos servidores do quadro permanente do órgão, dentre outros, é formalmente instituída.		X		
k. o Plano Orçamentário de TIC é formulado em harmonia com os objetivos estratégicos do órgão e de TIC.				X
l. o Plano de Contratações de Soluções de TIC com as ações e os investimentos necessários ao alcance dos objetivos estratégicos do órgão e de TIC, dentre outros, é formalmente instituído.				X
m. o Plano de Continuidade de Serviços de TIC, especialmente relativos aos ativos que suportam os serviços judiciais, dentre outros, é formalmente instituído.		X		
n. o Plano de Capacitação de TIC com as ações para o aprimoramento das competências gerenciais e técnicas dos servidores do quadro permanente do órgão, dentre outras, é formalmente instituído.				X

Em relação à expectativa e entrega de resultados:	**Nível de adoção da prática**			
	Não adota	**Iniciou plano para adotar**	**Adota parcialmente**	**Adota integralmente**
a. o Comitê de Governança de TIC define e comunica as diretrizes para a obtenção de resultados com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação.			X	
b. o Comitê de Governança de TIC define e comunica as diretrizes para gestão do portfólio de projetos e de ações, inclusive define critérios de priorização e de alocação orçamentária.			X	
c. o Comitê de Governança de TIC define e comunica as diretrizes para as contratações de soluções de TIC.			X	
d. o Comitê de Governança de TIC define e comunica diretrizes para avaliação do desempenho de TIC.	X			
e. as ações contidas no Plano de trabalho elaborado pelo órgão e entregue ao CNJ para atender			X	

aos critérios estabelecidos na ENTIC-JUD, previstas para o exercício em análise, estão sendo executadas conforme planejado.				

Em relação à transparência:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) é disponibilizado em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL). http://www.tjms.jus.br/_estaticos_/planejamento/ti/PETIC-2016.pdf				X
b. o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão. http://www.tjms.jus.br/_estaticos_/planejamento/ti/PDTI-2016.pdf				X
c. a Política de Segurança da Informação é disponibilizada em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL). https://www.tjms.jus.br/sistemas/biblioteca/legislacao_comp.php?atual=1&lei=29518				X
d. a Política de Gestão de Pessoas de TIC é disponibilizada em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL).	X			
e. o Plano de Contratações de Soluções de TIC é disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.				X
f. o Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC é disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.	X			
g. o Plano de Capacitação de TIC é disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.				X
h. os resultados com uso da Tecnologia da Informação e Comunicação, projetos e ações são disponibilizados em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.	X			
i. as respostas referentes ao Diagnóstico da Governança, Gestão e Infraestrutura promovido				X

anualmente pelo CNJ, bem como o seu resultado de maturidade, são disponibilizados em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.				
j. o Plano Orçamentário de TIC é disponibilizado em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL). http://www.tjms.jus.br/transparencia/resolucaoCNJ195/resolucaoCNJ195_2016.php				X
k. os relatórios de acompanhamento referentes à execução do Plano Orçamentário de TIC são disponibilizados em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.				X
l. os editais e seus respectivos anexos, questionamentos, recursos, impugnações e respostas, resultados das licitações, contratos e seus respectivos aditivos, convênios, acordos de cooperação, dentre outros documentos congêneres, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso e livre no sítio do órgão na internet (informar a URL). http://www.tjms.jus.br/licitacao_compra2.php			X	
m. os estudos preliminares das contratações de soluções de TIC, desde que não tenham sido considerados sigilosos, são disponibilizados em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.				X
n. o portfólio de projetos de TIC é revisado e disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.	X			
o. o catálogo com as soluções de software desenvolvidas e sustentadas ou mantidas pela área de TIC é revisado e disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.			X	
p. o catálogo com os acordos de nível de serviços essenciais de TIC, definidos pelos seus respectivos clientes demandantes, é revisado e disponibilizado em local de fácil acesso e livre na intranet do órgão.		X		

Domínio: Governança e Gestão de TIC

2. Das Estruturas, Macroprocessos e Processos

Em relação à estrutura organizacional:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Governança e de Gestão de TIC, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.			X	
b. há no organograma da área de TIC ou do órgão unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Segurança da Informação, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.			X	
c. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Software, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.				X
d. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Serviços, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.			X	
e. há no organograma da área de TIC unidade(s) responsável(is) diretamente pelo Macroprocesso de Infraestrutura, bem como de todos os seus processos mínimos estabelecidos na ENTIC-JUD.			X	
f. o organograma da área de TIC privilegia a departamentalização por função e possui nível de decisão estratégico, tático ou gerencial, e operacional.				X

Em relação à coordenação dos macroprocessos:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. a coordenação do Macroprocesso de Governança e de Gestão de TIC é executada por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.				X

b. a coordenação do Macroprocesso de Segurança da Informação é executada por servidor(es) do quadro permanente de TIC ou do órgão e em regime de dedicação exclusiva.				X
c. a coordenação do Macroprocesso de Software é executada por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.				X
d. a coordenação do Macroprocesso de Serviços é executada por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.				X
e. a coordenação do Macroprocesso de Infraestrutura é executada por servidor(es) do quadro permanente de TIC do órgão e em regime de dedicação exclusiva.				X

Em relação aos processos de governança e de gestão:	**Nível de adoção da prática**			
	Não adota	**Iniciou plano para adotar**	**Adota parcialmente**	**Adota integralmente**
a. o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC) é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
b. o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC) é executado de acordo com o seu ato constitutivo.				X
c. o processo de planejamento estratégico (PETIC) e tático operacional (PDTIC) é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.				X
d. o processo de planejamento orçamentário de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
e. o processo de planejamento orçamentário de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
f. o processo de planejamento orçamentário de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
g. o processo de gerenciamento de projetos de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
h. o processo de gerenciamento de projetos de TIC é executado de acordo com o seu ato		X		

constitutivo.				
i. o processo de gerenciamento de projetos é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		
j. o processo de gerenciamento de capacitação de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
k. o processo de gerenciamento de capacitação de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.				X
l. o processo de gerenciamento de capacitação de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.				X
m. o processo de planejamento de aquisições e de contratações de soluções de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
n. o processo de planejamento de aquisições e de contratações de soluções de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
o. o processo de planejamento de aquisições e de contratações de soluções de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
p. o processo de gerenciamento de contratos de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
q. o processo de gerenciamento de contratos de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
r. o processo de gerenciamento de contratos de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		
s. o processo de gestão por competências é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
t. o processo de gestão por competências é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
u. o processo de gestão por competências é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		

Em relação aos processos de segurança da informação:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.				X
b. o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação é executado de acordo com o seu ato constitutivo.				X
c. o processo de elaboração, acompanhamento e revisão da Política de Segurança da Informação é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.				X
d. o processo de classificação e tratamento da informação é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
e. o processo de classificação e tratamento da informação é executado de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
f. o processo de classificação e tratamento da informação é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	X			
g. o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
h. o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
i. o processo de gerenciamento de riscos de segurança da informação é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		
j. o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.				X
k. o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
l. o processo de gerenciamento de acessos e uso de recursos de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.				X

m. o processo de gerenciamento e controle de ativos de informação é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
n. o processo de gerenciamento e controle de ativos de informação é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
o. o processo de gerenciamento e controle de ativos de informação é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
p. o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	X			
q. o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação é executado de acordo com o seu ato constitutivo.	X			
r. o processo de gerenciamento de incidentes de segurança da informação é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	X			
s. o processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TIC para o órgão é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
t. o processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TIC para o órgão é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
u. o processo de gerenciamento de continuidade de serviços essenciais de TIC para o órgão é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		
v. há ações periódicas de conscientização, educação e capacitação em segurança da informação em todos os níveis do órgão.				X

Em relação aos processos de software:	**Nível de adoção da prática**			
	Não adota	**Iniciou plano para adotar**	**Adota parcialmente**	**Adota integralmente**
a. o processo de gerenciamento de escopo e requisitos é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
b. o processo de gerenciamento de escopo e requisitos é executado de acordo com o seu ato			X	

constitutivo.				
c. o processo de gerenciamento de escopo e requisitos é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
d. o processo de gerenciamento de arquitetura é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
e. o processo de gerenciamento de arquitetura é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
f. o processo de gerenciamento de arquitetura é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
g. o processo de desenvolvimento é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
h. o processo de desenvolvimento é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
i. o processo de desenvolvimento é revisado anualmente e aperfeiçoado de acordo com indicadores de qualidade.		X		
j. o processo de sustentação ou manutenção é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
k. o processo de sustentação ou manutenção é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
l. o processo de sustentação ou manutenção é revisado e aperfeiçoado de acordo com indicadores de qualidade.			X	
m. o processo de gerenciamento de solução de software (ciclo de vida) é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
n. o processo de gerenciamento de solução de software (ciclo de vida) é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
o. o processo de gerenciamento de solução de software (ciclo de vida) é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
p. os gestores (clientes demandantes) de solução de software são designados e comunicados			X	

formalmente de suas responsabilidades.				
q. os gestores técnicos de solução de software são designados e comunicados formalmente de suas responsabilidades.				X

Domínio: Governança e Gestão de TIC

3. Das Competências, Desenvolvimento e Desempenho das Pessoas

Em relação às competências e ao desenvolvimento:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. há carreira específica de servidores de TIC no quadro permanente do órgão.	X			
b. a carreira específica de servidores de TIC do quadro permanente do órgão é distribuída em cargos ou especialidades e propicia a oportunidade de crescimento profissional.	X			
c. as unidades que compõem a área de TIC foram avaliadas e organizadas formalmente por competências para melhor atender sua atividade técnica precípua.			X	
d. são definidas formalmente diretrizes para garantir o desenvolvimento contínuo das competências técnicas e gerenciais dos servidores do quadro permanente do órgão.		X		
e. há ações no Plano de Capacitação de TIC voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão, que exercem função de coordenação e de gerência, possam executar adequadamente as competências gerenciais definidas.				X
f. há ações no Plano de Capacitação de TIC voltadas para que os servidores do quadro permanente de TIC do órgão possam executar adequadamente as competências técnicas definidas.				X
g. há ações no Plano de Capacitação de TIC voltadas para que os servidores do quadro				X

permanente de TIC do órgão possam efetuar e gerir adequadamente as aquisições de bens e as contratações de serviços de TIC.				
h. há critérios objetivos formalmente instituídos para a escolha de líderes ocupantes de funções de coordenação e de gerência.	X			
i. há programa de benefícios, financeiro ou não, para incentivar o desenvolvimento das competências.			X	
j. há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, das competências técnicas e gerenciais definidas para as unidades que compõem a área de TIC.	X			

Em relação ao desempenho:	**Nível de adoção da prática**			
	Não adota	**Iniciou plano para adotar**	**Adota parcialmente**	**Adota integralmente**
a. são definidas formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de gestores de TIC.	X			
b. são definidas formalmente diretrizes para avaliação e incentivo ao desempenho de técnicos de TIC.	X			
c. são definidas formalmente metas específicas conforme atividade exercida para os gestores e técnicos de TIC.	X			
d. há programa de benefício, financeiro ou não, para incentivar e impulsionar o desempenho.	X			
e. há revisão anual e aperfeiçoamento, quando necessário, dos critérios de desempenho exigidos.	X			
f. há gratificação específica para os servidores do quadro permanente de TIC do órgão lotados nas unidades diretamente subordinadas à área de TIC.	X			
g. há bianualmente análise de rotatividade de pessoal para avaliar a efetividade das medidas adotadas na política de gestão de pessoas de TIC definida pelo órgão, para minimizar a evasão de servidores do quadro permanente.	X			
h. há plantão na área de TIC formalmente instituído que observa, no mínimo, o processo judicial				X

e demais serviços essenciais de TIC para o órgão.				

Domínio: Governança e Gestão de TIC

4. Dos Riscos, Monitoramento e Auditoria – Controle de Gestão

Em relação à gestão de riscos:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. há normativo formalmente instituído com diretrizes para a devida gestão dos riscos que afetem, especialmente, à segurança da informação, aos serviços judiciais e demais ativos de TIC críticos do órgão.		X		
b. os papéis e as responsabilidades são definidos e comunicados aos atores envolvidos.		X		
c. os riscos que afetam especialmente a segurança da informação, os serviços judiciais e demais ativos de TIC críticos do órgão são, no mínimo, identificados, avaliados e tratados.		X		
d. o Comitê Gestor de Segurança da Informação toma decisões estratégicas considerando os riscos tratados.	X			
e. o Comitê de Gestão de TIC toma decisões operacionais considerando os riscos tratados.	X			

Em relação ao monitoramento:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. a Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação é acompanhada e avaliada periodicamente pelo Comitê de Governança de TIC, especialmente quanto à sua efetividade.		X		
b. a Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação é acompanhada e avaliada periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC, especialmente quanto à sua efetividade.	X			

c. a Segurança da Informação é acompanhada e avaliada periodicamente pelo Comitê de Gestor, especialmente quanto à sua efetividade.	X			
d. o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) é acompanhado e avaliado periodicamente pelo Comitê de Governança de TIC quanto ao cumprimento das estratégias, indicadores e metas.			X	
e. o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) é acompanhado e avaliado periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.	X			
f. a Política de Segurança da Informação é acompanhada e avaliada periodicamente pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação quanto à efetividade das ações planejadas.			X	
g. a Política de Gestão de Pessoas de TIC é acompanhada e avaliada periodicamente pelos Comitês de Governança e de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.	X			
h. o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação é acompanhado e avaliado periodicamente pelos Comitês de Governança e de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.			X	
i. o Plano de Capacitação de TIC é acompanhado e avaliado periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.		X		
j. o Plano de Continuidade de Serviços de TIC essenciais para o órgão é acompanhado e avaliado periodicamente pelo Comitê de Gestão de TIC quanto à efetividade das ações planejadas.	X			

Em relação à auditoria interna:	**Nível de adoção da prática**			
	Não adota	**Iniciou plano para adotar**	**Adota parcialmente**	**Adota integralmente**
a. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual na área de TIC com vistas a aferir o atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação estabelecidas na ENTIC-JUD - Resolução nº 211/2015.		X		

b. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual na área de TIC com vistas a aferir o atendimento das diretrizes formuladas pelo CNJ relacionadas às contratações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação estabelecidas na Resolução nº 182/2013.				X
c. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual quanto a eficácia dos controles da Governança e da Gestão de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos afetos à segurança da informação, aos serviços judiciais e aos demais ativos de TIC críticos do órgão.	X			
d. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual quanto à eficácia dos controles das contratações de soluções de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos críticos para o órgão.			X	
e. a área de Auditoria Interna do órgão realiza, no mínimo, auditoria anual das contratações de soluções de TIC-nos aspectos relacionados à gestão dos contratos.			X	

Domínio: Infraestrutura de TIC

5. Dos Sistemas, Integração e Nivelamento

Em relação aos sistemas de informação:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. os sistemas de informação são classificados e identificados os que são estratégicos.		X		
b. os sistemas de informação de procedimentos judiciais são portáteis e interoperáveis.				X
c. os sistemas de informação de procedimentos judiciais estão disponíveis para dispositivos móveis.				X
d. os sistemas de informação de procedimentos judiciais são responsivos.				X
e. os sistemas de informação de procedimentos judiciais possuem documentação atualizada.				X
f. os sistemas de informação de procedimentos judiciais oferecem suporte para assinatura baseado em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada na forma de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).				X
g. os sistemas de informação de procedimentos judiciais atendem aos critérios estabelecidos no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico.			X	
h. é utilizado sistema de informação de procedimentos administrativos já desenvolvido, disseminado e experimentado no âmbito da Administração Pública.				X
i. é utilizada ferramenta de inteligência e de exploração de dados para disponibilizar informações relevantes para os seus usuários internos e externos, inclusive para a tomada de decisões.				X

Em relação à integração de sistemas e disponibilização de informações:	Nível de adoção da prática

	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI) é utilizado para prover, quando necessária, a integração entre sistemas de informação do primeiro e segundo graus, e de instâncias superiores, bem como de outros entes públicos atuantes nos processos judiciais.			X	
b. as informações sobre processos, seus andamentos e o inteiro teor dos atos judiciais neles praticados são disponibilizados na internet (informar a URL), ressalvadas as exceções legais ou regulamentares, conforme disposto nas Resoluções do CNJ. Http://www.tjms.jus.br/esaj				X

Em relação ao nivelamento tecnológico:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. é provida 1 (uma) estação de trabalho do tipo *desktop* para cada usuário interno que faça uso de sistemas e serviços disponibilizados, inclusive com o segundo monitor, ou monitor que permita a divisão de tela para aqueles que estejam utilizando o processo eletrônico.				X
b. é provida 1 (uma) estação de trabalho do tipo *desktop* ou 1 (um) computador portátil com acesso à rede para cada usuário interno nas salas de sessão e de audiência, e uma tela para acompanhamento dos usuários externos, quando possível.				X
c. é disponibilizado equipamento de impressão e/ou de digitalização compatível com as demandas de trabalho, preferencialmente com tecnologia de impressão frente e verso e em rede, com qualidade adequada à execução dos serviços.				X
d. é disponibilizada 1 (uma) solução de gravação audiovisual de audiência para cada sala de sessão e de audiência,.				X
e. são disponibilizados *links* de comunicação entre as unidades e o órgão suficientes para suportar o tráfego de dados e garantir a disponibilidade exigida pelos sistemas de informação, especialmente o processo judicial, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos *links.*				X

f. são disponibilizados *links* de internet redundantes para o órgão, com operadoras distintas, com comprometimento máximo de 80% da capacidade total dos *links*.				**X**
g. é disponibilizado ambiente de processamento central (*DataCenter*) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade estabelecidos em normas nacionais e internacionais, que abrigue os equipamentos principais de processamento e de armazenamento de dados; de segurança e ativos de rede centrais, para maximizar a segurança e a disponibilidade dos serviços essenciais e de sistemas estratégicos.				**X**
h. é disponibilizada solução de *backup* com capacidade suficiente para garantir a salvaguarda das informações digitais armazenadas, incluindo tecnologias para armazenamento de longo prazo e cópia dos *backups* mais recentes, em local distinto do local primário do órgão, de modo a prover redundância e atender à continuidade do negócio em caso de desastre.			**X**	
i. é disponibilizada solução de armazenamento de dados e respectivos *softwares* de gerência, em que a capacidade líquida não ultrapasse 80% do limite máximo de armazenamento.				**X**
j. é disponibilizado parque de equipamentos servidores suficientes para atender às necessidades de processamento de dados dos sistemas e serviços do órgão, com comprometimento médio de até 80% de sua capacidade máxima, e em número adequado para garantir disponibilidade em caso de falha dos equipamentos.				**X**
k. é disponibilizado, pelo menos, 1 (uma) solução de videoconferência corporativa para uso dos usuários internos ao órgão.				**X**
l. é disponibilizada 1 (uma) central de serviços de 1º e 2º níveis para atendimento de requisições efetuadas pelos usuários internos e externos, e tratamento de incidentes no que se refere ao uso de serviços e sistemas essenciais.				**X**
m. é disponibilizada rede sem fio, aderente à sua política de segurança da informação, para a promoção dos serviços ofertados aos usuários internos ao órgão.			**X**	

Domínio: Infraestrutura de TIC

6. Dos Serviços de Infraestrutura

Em relação aos processos de gerenciamento de serviços:	Nível de adoção da prática			
	Não adota	Iniciou plano para adotar	Adota parcialmente	Adota integralmente
a. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
b. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.				X
c. o processo de gerenciamento do catálogo de serviços de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
d. o processo de gerenciamento dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
e. o processo de gerenciamento dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
f. o processo de gerenciamento dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		
g. o processo de gerenciamento de central de serviços de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
h. o processo de gerenciamento da central de serviços de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
i. o processo de gerenciamento da central de serviços de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		
j. o processo de gerenciamento de requisições de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.				X
k. o processo de gerenciamento de requisições de TIC é executado de acordo com o seu ato				X

constitutivo.				
l. o processo de gerenciamento de requisições de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
m. o processo de gerenciamento de incidentes de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.				X
n. o processo de gerenciamento de incidentes de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.				X
o. o processo de gerenciamento de incidentes de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
p. o processo de gerenciamento de mudanças de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
q. o processo de gerenciamento de mudanças de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
r. o processo de gerenciamento de mudanças de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
s. o processo de gerenciamento de problemas de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.			X	
t. o processo de gerenciamento de problemas de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.			X	
u. o processo de gerenciamento de problemas de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.			X	
v. o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
w. o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
x. o processo de gerenciamento de liberação e implantação de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		

y. o processo de gerenciamento de ativos de microinformática, incluindo inventário e configuração, é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
z. o processo de gerenciamento de ativos de microinformática, incluindo inventário e configuração, é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
aa. o processo de gerenciamento de ativos de microinformática, incluindo inventário e configuração, é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.		X		

Em relação aos processos de gerenciamento de infraestrutura:	**Nível de adoção da prática**			
	Não adota	**Iniciou plano para adotar**	**Adota parcialmente**	**Adota integralmente**
a. o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
b. o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
c. o processo de gerenciamento de disponibilidade de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	X			
d. o processo de gerenciamento de capacidade de TIC é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.	X			
e. o processo de gerenciamento de capacidade de TIC é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		
f. o processo de gerenciamento de capacidade de TIC é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	X			
g. o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		X		
h. o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		X		

i. o processo de gerenciamento de ativos de infraestrutura e de telecomunicações, incluindo inventário e configuração, é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	**X**			
j. o processo de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		**X**		
k. o processo de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		**X**		
l. o processo de monitoramento e de aferição periódica dos acordos de nível de serviços essenciais de TIC para o órgão é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	**X**			
m. o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados é formalmente instituído como norma de cumprimento obrigatório.		**X**		
n. o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados é executado de acordo com o seu ato constitutivo.		**X**		
o. o processo de cópias de segurança (backup) e de restauração (restore) de dados é revisado anualmente e aperfeiçoado quando necessário.	**X**			

Informações Gerais

7. Detalhamento

Em relação à Força de Trabalho:	
a) quantitativo de cargos aprovados de servidores de TIC no quadro de permanente do órgão.	64
b) quantitativo de cargos necessários de servidores de TIC no quadro permanente do órgão, segundo a ENTIC-JUD.	0,65% + 65
c) quantitativo de cargos ocupados de servidores de TIC no quadro permanente do órgão.	64
d) quantitativo de cargos vagos de servidores de TIC no quadro permanente do órgão.	0
e) quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão cedidos à outras unidades do órgão.	0
f) quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão cedidos a outros órgãos ou instituições públicas.	0
g) quantitativo de servidores que atuam na área de TIC do quadro permanente do órgão de outras carreiras (não TIC).	28
h) quantitativo de servidores que atuam na área de TIC do quadro permanente de outros órgãos ou instituições públicas, e de outras carreiras (não TIC).	1
i) quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão que exercem atividade precípua de coordenação e de gerência (chefia).	15
j) quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão que exercem exclusivamente atividade técnica de desenvolvimento e de sustentação ou manutenção de software.	27
l) quantitativo de servidores de TIC do quadro permanente do órgão que exercem exclusivamente atividade técnica de suporte à infraestrutura tecnológica.	20
m) quantitativo de servidores do quadro permanente de outros órgãos ou instituições públicas que exercem exclusivamente atividade técnica.	0
n) quantitativo de empregados sem vínculo com a Administração Pública em cargo/função de livre nomeação.	161
o) quantitativo de terceirizados que desempenham exclusivamente atividade técnica regular no ambiente tecnológico do órgão (contratos de prestação de serviços continuados com disponibilização de mão de obra residente).	42

p) quantitativo de estagiários lotados na área de TIC.	**14**

Em relação aos links de comunicação de dados	
a. velocidade do link principal de internet.	**200Mbps**
b. velocidade do link secundário de internet.	**200Mbps**
c. velocidade média dos links de comunicação de dados com as unidades judiciárias.	**8,7 Mbps**
d. quantidade de unidades judiciárias sem acesso à internet.	**0**
e. quantidade de unidades judiciárias sem qualquer link de comunicação de dados.	**0**

Em relação aos serviços em nuvem (cloud computing)?	
a. há utilização de serviço em nuvem computacional (pública, privada, comunitária e híbrida)?	**(Não)**
i. há utilização de Software como um Serviço (Software as a Service - SaaS)?	**(Não)**
ii. há utilização de Plataforma como um Serviço (Platform as a Service - PaaS)?	**(Não)**
iii. há utilização de Infraestrutura como um Serviço (Infrastructure as a Service - IaaS)?	**(Não)**

Em relação ao sistema de cópias de segurança (*backup*)	
a. é utilizada tecnologia de armazenamento de dados (backup) em fita?	**(Sim)**
b. é utilizada tecnologia de armazenamento de dados (backup) em disco?	**(Sim)**

c. é utilizada tecnologia de desduplicação de dados?	**(Sim)**
d. o armazenamento do backup é feito em ambiente distinto do datacenter principal?	**(Sim)**

Em relação à execução orçamentária e financeira de TIC do ano de 2015 (R$):	
a. valor total do orçamento de TIC aprovado para o órgão.	**23.147.000,00**
b. valor total do orçamento de TIC aprovado para o órgão em custeio.	**20.617.000,00**
c. valor total do orçamento de TIC aprovado para o órgão em investimento.	**2.530.000,00**
d. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão em custeio.	**16.299.219,55**
e. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão em investimento.	**1.269.049,00**
f. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para aquisição de bens de microinformática (Ex. microcomputadores com garantia).	**377.352,00**
g. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para aquisição de softwares de microinformática (Ex. softwares de prateleira).	**958.700,00**
h. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para contratação de serviços de suporte à microinformática. (Ex. atendimento 1º e 2º níveis)	**3.462.212,01**
i. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para aquisição de bens de infraestrutura tecnológica (Ex. storage com garantia ou suporte técnico).	**31.080,00**
j. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para contratação de softwares para o suporte à infraestrutura tecnológica (Ex. banco de dados).	**891.697,00**
k. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para contratação de serviços pontuais ou continuados, com mão de obra residente ou não, para o suporte à infraestrutura tecnológica (Ex. suporte técnico à banco de dados).	**985.416,48**
l. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para contratação de softwares para o desenvolvimento e a sustentação ou manutenção de soluções de software (Ex. modelagem de dados).	**345.497,12**
m. valor total do orçamento de TIC executado pelo órgão para contratação de serviços pontuais ou continuados, com mão de obra residente ou não, para o desenvolvimento e a sustentação ou manutenção de soluções de software (Ex. fábrica de software).	**4.656.746,19**

Em relação às aquisições de bens e de contratações de serviços concluídas no ano de 2015:	
a. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC.	**33**
b. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens de TIC.	**12**
c. quantitativo de contratos concluídos de prestação de serviços de TIC.	**21**
d. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio de ata de registro de preços promovida pelo próprio órgão – ARP Solitária (informar o(s) objeto(s)): Microcomputador Desktop (Ata 03.041/2015) - Computador Portatil (Ata 03.040/2015) – Nobreaks/Disco Rígido/Baterias (03.022/2015) – Produtos Mcafee (Ata 03.041/2014) – Licenças Netbackup (Ata 03.023/2014)	**5**
e. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio de ata de registro de preços promovida pelo próprio órgão e com a participação de outros órgãos ou instituições públicas – ARP Conjunta (informar o(s) objeto(s)).	**-**
f. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio de participação em ata de registro de preços promovida por outro órgão ou instituição pública – ARP Conjunta (informar o(s) objeto(s)).	**-**
g. quantitativo de contratos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por meio adesão a ata de registro de preços promovida por outro órgão ou instituições públicas – ARP Carona (informar o(s) objeto(s)): Scanners (Ata 084/2014 – Justiça Federal do Parana) – Scanner Vertical (Ata nº 45/2014 – Embrapa) – Aquisição de consumíveis (Ata nº 09/2015 – STF) – Telefonia Móvel (Ata nº 001/2015 – DPGE)	**4**
h. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por pregão eletrônico.	**13**
i. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por pregão presencial.	**1**
j. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por dispensa de licitação.	**2**
k. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados por inelegibilidade de licitação.	**4**
l. quantitativo de contratos concluídos de aquisições de bens e de contratações de serviços de TIC realizados emergencialmente.	**0**

Em relação às aquisições de bens e de contratações de serviços concluídas no ano de 2015 de maior valor:

Relacione os 5 (cinco) contratos de TIC de maior valor concluídos pelo órgão no ano de 2015:

Item	Contrato nº	Objeto	Valor (R$)
1	*01.101/2015*	*A prestação de serviços de impressão, cópia e digitalização de documentos (36 meses)*	**9.000.000,00**
2	*01.089/2015*	*Prover fornecimento de serviços de comunicação de dados na modalidade terrestre de Intranet, por meio de uma Rede (LAN -TO LAN) Ponto-a-Ponto (24 meses)*	**8.864.309,04**
3	*01.106/2015*	*Prestação de serviços de suporte técnico remoto, manutenção adaptativa, manutenção evolutiva, serviços sob demanda, acompanhamento da operação do Sistema e análise de incidentes para as aplicações do Sistema de Automação da Justiça de Primeiro Grau - SAJ*	**8.001.905,97**
4	*01.047/2015*	*Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Telefonia Móvel Pessoal – SMP*	**1.192.558,80**
5	*01.028/2015*	*Suporte Técnico nível I e II - Service Desk*	**941.841,29**

Em relação às dificuldades enfrentadas pela área de TIC:

Relacione as 5 (cinco) maiores dificuldades enfrentadas pela área de TIC no ano de 2015:

Item	Dificuldade
1	*Problemas na infraestrutura do SGBD do sistema principal do PJMS (IBM Pure Data for transactions)*
2	*Ausência da cultura de gestão por projetos*
3	*Falta de pessoal e rotatividade*
4	*Falta de espaço físico*
5	*Falta de estruturas organizacionais para comportar as atividades de TIC*

Em relação aos sistemas de informação que sustentam a atividade precípua do órgão:

Relacione os sistemas judiciais utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

Item	Nome do Sistema	Situação
1	*Sistema de Automação Judicial - SAJ*	*Adquirido*
2		
3		
4		
5		

Em relação aos sistemas de informação que sustentam a atividade administrativa do órgão:

Relacione os sistemas administrativos utilizados atualmente pelo órgão e informe se foram adquiridos ou desenvolvidos interna ou externamente:

1	**Sistema de Gestão de Pessoal**	
2	*Sistema de Prontuário Digital*	*Desenvolvido internamente*
3	*Sistema de Gestão de Concursos*	*Desenvolvido internamente*
4	*Sistema da Assessoria Militar*	*Desenvolvido internamente*
5	*Sistema de Ponto Eletrônico*	*Desenvolvido internamente*
6	*Sistema de Controle de Viagens e Passagens*	*Desenvolvido internamente*
7	*Sistema de Diárias On-line*	*Desenvolvido internamente*
8	*Sistema da Escola Judicial*	*Desenvolvido internamente*
9	*Sistema de Gestão da Conta Única (secretaria de finanças)*	*Desenvolvido internamente*
10	*Sistema de Gestão da Conta Única Web (comarcas, alvarás)*	*Desenvolvido internamente*
11	*Sistema de Gestão Financeira*	*Desenvolvido internamente*
12	*Sistema de Controle Psicossocial*	*Desenvolvido internamente*
13	*Sistema de Integração de Dados com o Instituto de Identificação*	*Desenvolvido internamente*
14	*Sistema de Informações Gerenciais do Extrajudicial (corregedoria)*	*Desenvolvido internamente*
15	*Sistema de Informações Gerenciais do Extrajudicial Web*	*Desenvolvido internamente*
16	*Sistema de Suprimento de Fundos*	*Desenvolvido internamente*

17	*Sistema da Biblioteca*	*Desenvolvido internamente*
18	*Sistema de Administração de Almoxarifado*	*Desenvolvido internamente*
19	*Sistema de Controle de Documentos e Processos Administrativos*	*Desenvolvido internamente*
20	*Sistema de Controle de Ouvidoria*	*Desenvolvido internamente*
21	*Sistema de Gestão de Arquivos*	*Desenvolvido internamente*
22	*Sistema de Gestão de Materiais*	*Desenvolvido internamente*
23	*Sistema de Gestão de Contas (água, luz, telefone)*	*Desenvolvido internamente*
24	*Portal do TJMS*	*Desenvolvido internamente*
25	*Intranet*	*Desenvolvido internamente*
26	*Sistema de Estatísticas*	*Desenvolvido internamente*
27	*Sistema de Administração de Precatórios*	*Desenvolvido internamente*
28	*Sistema de Segurança*	*Desenvolvido internamente*
29	*Sistema de Gestão de Escrituras*	*Desenvolvido internamente*
30	*Suporte TI*	*Desenvolvido internamente*
31	*Malote Digital*	*(Desenvolvido pelo CNJ)*
32	*Sistema de Gestão de Pessoal*	*Desenvolvido internamente*

Conclusão

Os itens presentes neste levantamento de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC promovido pelo CNJ, de forma direta ou indireta, contribuem para melhorias na minha área de TIC.

- ○ Concordo totalmente
- ○ Concordo parcialmente
- ○ Indiferente
- ○ Discordo parcialmente
- ○ Discordo totalmente

Comentários: registre abaixo seus comentários acerca do presente levantamento, incluindo críticas aos itens formulados (itens mal compreendidos, considerados irrelevantes ou não aplicáveis ao contexto do órgão), alerta para situações especiais não contempladas, ou qualquer outra contribuição que considere pertinente. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo levantamento.

Comentário...

Conselho Nacional de Justiça

Declaração de Conhecimento

☐ Como Dirigente desta área técnica, declaro estar de acordo com as respostas apresentadas neste levantamento, as quais refletem a realidade desta área de TIC.